

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.015 - SP (2018/0293745-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : IVANHOE PORFIRIO (PRESO)
ADVOGADO : EDUVALDO JOSÉ COSTA JUNIOR - SP204035
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **IVANHOE PORFIRIO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"*HABEAS CORPUS*. Pretendida concessão de liberdade provisória, ainda que cumulada com medidas cautelares diversas. Impossibilidade. Decisão bem fundamentada, indicando os requisitos autorizadores do CPP, art. 282, II e 312, caput. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada."

O paciente foi preso preventivamente, pela prática do crime de que trata o art. 121, § 2º, II, c/c os arts. 14, II, e 61, II, alínea "e", do Código Penal.

O recorrente alega que está sofrendo constrangimento ilegal por ausência de fundamentação idônea no decreto preventivo.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória ou a substituição da prisão por outras medidas cautelares.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 230).

O Ministério Público Federal opina pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 269-273).

É o relatório.

Decido.

Consta do decreto de prisão preventiva (e-STJ, fls. 106-107):

"Isso porque, conforme se verifica dos documentos acostados, o autuado confessou que teria tentado matar o seu irmão, desferindo um golpe de facão na altura da cabeça da vítima, que se defendeu com o braço. A gravidade da conduta do autuado em comparação com a pequenez dos motivos que o levaram à prática mencionada no auto de prisão em flagrante já evidencia a manutenção da custódia cautelar para garantia da ordem pública posto a personalidade perturbada do autuado, nítida de pessoas com dificuldades de aceitação e enquadramento nas normas mais comezinhas de convívio social. Assim, nos termos do art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal, a hipótese dos autos autoriza a decretação da prisão preventiva dos indiciados, pois a pena máxima cominada aos delitos ultrapassam quatro anos. No mais, verificam-se presentes os requisitos da prisão preventiva, pois presente prova da materialidade e indícios de sua autoria, bem como os fundamentos previstos no art. 311 e ss. do CPP, tais como a garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal".

A teor do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, havendo

prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Como se vê, a custódia cautelar está adequadamente fundada em elementos concretos extraídos dos autos, tendo como fim assegurar a ordem pública diante da periculosidade do recorrente, evidenciada no *modus operandi* do delito.

Dessa forma, é válida a segregação provisória quando comprovado que o agente, em liberdade, coloca em risco a paz social.

Nesse sentido, vejam-se estes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. PERICULOSIDADE CONCRETA. *MODUS OPERANDI*. EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA. RECORRENTE FORAGIDO. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu *jus libertatis* antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi* do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores. (HC n. 93.498/MS, SEGUNDA TURMA, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 18/10/2012).

II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, notadamente se considerado o *modus operandi* da conduta em tese praticada, bem como a evasão do recorrente do distrito da culpa, encontrando-se foragido até o presente momento (precedentes).

III - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar, o que ocorre na hipótese.

IV - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, *in casu*, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Recurso ordinário desprovido." (RHC 68.156/PA, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 19/4/2016, DJe 29/4/2016.)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, ROUBOS

CIRCUNSTANCIADOS (CONSUMADOS E TENTADOS), EXTORSÃO, TENTATIVA DE LATROCÍNIO, FURTO QUALIFICADO E RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE DO CRIME. *MODUS OPERANDI* DELITIVO. PERICULOSIDADE DO ACUSADO. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. TESE DE LETARGIA PROCESSUAL. ACUSADO NÃO SEGREGADO. APRECIÇÃO DA TEMÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTO DEFENSIVO NÃO APRESENTADO PERANTE O COLEGIADO ESTADUAL. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado, quais sejam, o *modus operandi* delitivo e a periculosidade do agente, cifrados em intrépida e audaz ação criminosa, dispondo de uma perniciosa influência intimidatória, demonstrando-se, assim, a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública.

2. Não estando o acusado segregado, eis que ausente do distrito da culpa, é inviável a apreciação da tese do excesso de prazo para quem nem preso está, acrescentando-se que a temática sequer fora apresentada perante o Colegiado de origem.

3. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, negado provimento." (RHC 58.275/SP, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 7/5/2015, DJe 15/5/2015.)

Ademais, é "indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando esta se encontra justificada na gravidade concreta do delito e na periculosidade social do réu, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública" (HC n. 315.151/RS, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 25/5/2015; HC n. 323.026/SP, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 17/9/2015).

Ante o exposto, **nego provimento** a este recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator